



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**As mulheres do pós-guerra: a participação feminina na
política de Ruanda depois do genocídio de 1994**

Alice Yasmin Ataide Oliveira

Matrícula: 15/0115709

Orientador: Bruno Leal Pastor de Carvalho

Brasília – Distrito Federal

As mulheres do pós-guerra: a participação feminina na política de Ruanda depois do genocídio de 1994

Alice Yasmin Ataide Oliveira

Resumo: A guerra civil e o genocídio ocorridos em Ruanda (1994) exterminaram boa parte da população masculina do país, o que exigiu no pós-guerra uma reestruturação social profunda em diferentes campos, incluindo a política. Uma das consequências desta situação foi a ampliação sem precedentes no país, e no continente, no que diz respeito à participação da mulher na sociedade, em especial no campo parlamentar, o que representa uma quebra de paradigma no que diz respeito aos papéis de gênero no país. Atualmente, calcula-se que 54 % dos políticos em Ruanda sejam mulheres. O objetivo deste artigo é compreender como se deu a inserção da mulher neste processo.

Palavras-chave: Ruanda; Mulheres; África; Genocídio; Pós-Guerra

Abstract: in the civil war and genocide occurred in Rwanda (1994), was exterminated most of the male population of the country, something about 70%. This whole situation demanded a profound postwar restructuring in many different areas, including politics. One of the consequences of this condition was the amplification with no precedents in the country, and in the continent, in what says about the participation of the woman in the society, especially in the parliamentary field, what represents the paradigm break regarding the role of gender in that scenario. Currently it is calculated that 54% of the politicians of Rwanda are women, the purpose of this article it's to understand how this insertion of woman in this process was.

Keywords: Rwanda; Woman; Africa; Genocide; Postwar

INTRODUÇÃO

Atualmente Ruanda é um dos principais países que se destaca por sua política de integração de gênero, em que 40% dos assentos no senado são ocupados por mulheres, assim como na câmara, na qual 64% são deputadas, configurando maioria numérica. Mas essas mulheres não chegaram ali por conta de programas do governo para aumentar a isonomia, ainda mais num país de tradição patriarcal e principalmente, que passou por um dos maiores conflitos recentes.

Essa acentuada participação se dá pelo fato de que, em 1994, 70% da população masculina em idade ativa teve sua vida encerrada, por conta de uma guerra civil que tinha como objetivo principal a manutenção de poder e a opressão étnica dos *tutsis* pelos *hutus*, e assim seu deu o genocídio ruandês, em mais ou menos 100 dias, aproximadamente 800 mil ruandeses havia sido mortos.

O genocídio que teve com principal característica ser feita por conhecidos e vizinho, utilizando de materiais que podiam ser acessados facilmente em casa, como facões, machadinhas, enxadas e outros armas brancas. Mas para que essas pessoas fossem capazes de tal absurdo, houve muitos anos de pressão e violência externa, tanto física quanto intelectual, principalmente por parte das missões imperialista que almejavam colônias.

Este artigo pretende traçar um breve panorama de como se deu a formação da sociedade ruandesa, com o intuito de evitar justificativas rasas e de cunho racista, ao colocar a culpa nos primórdios desse povo. Dessa forma o objeto que o artigo tenciona utilizar como meio para encontrar uma resposta é a colonização belga, reconhecidamente violenta no Congo, a Bélgica obteve posse desses países como colônias logo após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), durante a partilha da África (Conferência de Berlim 1884).

Em Ruanda a estratégia utilizada pelos belgas para minar a estrutura política interna e abrir espaço para sua administração colonialista para que se utilizasse da mão-de-obra forçadas ruandesa e cobrasse altos impostos foi a de criar tensão racial por meio da obrigatoriedade de se autodenominar etnicamente para que separassem a elite, que seriam os mais “próximo” a eles, dos povos que fariam o trabalho mais braçal, por serem menos parecidos com os belgas, deixando a sociedade fragmentada e frágil, e assim suscetível a influência externa.

Os anos seguintes transformaram Ruanda num verdadeiro barril de pólvora, não somente pela intensa animosidade entre as etnias *tutsi* e *hutu*, mas por conta do nacionalismo que essa briga veio a gerar, pautado por um sentimento de injustiça por conta de como se dava a política desentendimento entre as etnias, favorecendo um ao invés do outro, e ainda, utilizando um sistema punitivo entre eles, para que até nisso houvesse ressentimento entre eles.

A guerra civil pela independência veio ao se aproveitar da fragilidade provocada pelo cenário político internacional pós-Segunda Guerra Mundial (1939-1945) nos anos seguintes a independência ruandesa era quase inevitável, então o governo belga se organizou para ceder a independência, mas não sem antes deixar mais sequelas, em que trocou de lado e passou a apoiar aos *hutus*, e com isso incentivou a animosidade que se seguiu, com os *tutsis* sendo perseguidos, foi feita uma eleição (1960) na qual a maioria eleita foi *hutu*.

Até a década de 1990, milhares de *tutsis* haviam se exilado em países próximos com receio da intensa perseguição ocorrida em território ruandês, e toda essa questão provocou as seguintes situações, a criação de um grupo supremacista de ordem *Bahutu*, o Poder *Hutu*, e também a FPR (Frente Patriótica Ruandesa), a invasão de Ruanda pela FPR, os conflitos isolados, o tratado de paz assinado pelo presidente *Juvenal Habyairimana*, o atentado que tirou sua vida, o conclave para a perseguição étnica por seus vizinhos e pôr fim à guerra civil que terminou com a vitória da FPR.

Então se dá início a reconstrução do país, a reestruturação do governo e a adequação à nova realidade, que era feminina, traumatizada e vulnerável. Então acontecem as primeiras eleições (2003), e mulheres são eleitas em massa, agendas que

priorizam gênero, violência, educação e reestabelecimento de uma sociedade mais coesa são prioridades dessa nova onda política, com políticas econômicas para auxiliar essas mulheres inseridas em um novo contexto para o qual ela não foram preparadas, comandada pelo líder da FPR, *Paul Kagame*, que também era o atual presidente.

Mas este artigo também pretende investigar até onde esse empoderamento político tem de fato influência na sociedade ruandesa que não figura entre a elite. O questionamento do tipo de feminismo implantado na política, e como a sociedade está lidando com as mudanças, pois a partir desse momento as mulheres passam a sustentar os lares, num povo de tradição agropecuarista, quanto dessas políticas as afetam no mundo real.

A presença de mulheres num país tão fragilizado é definitivamente uma questão inesperada, a democracia recente tem seus pontos de fragilidade, e os ressentimentos configuram parte da realidade ruandesa, que ainda lida com o trauma e tenta acertar suas atitudes com relação ao conflito, e saber como as mulheres foram abruptamente tiradas de uma realidade de cunho patriarcal no seio do caos político que tem um país para reconstruir, é a principal questão levantada por esse artigo.

MIGRAÇÕES E A FORMAÇÃO DE RUANDA

Existem diversas hipóteses acerca de como se deu a formação daquilo que conhecemos hoje como a sociedade ruandesa. A literatura especializada especula que os primeiros habitantes do território foram os *batwa*, por volta de 1200, também conhecidos como pigmeus, povos com tradição de caça e colete, e que se estabeleceram ali nas florestas muito antes das migrações dos *bantus*.¹

¹ MOKHTAR, Gamal. **História Geral da África volume I: África antiga**. UNESCO, Brasília, 2010. p. 632. Disponível em: <<https://www.netmundi.org/home/wp-content/uploads/2019/02/Hist%C3%B3ria-Geral-da-%C3%81frica-Volume-II-%C3%81frica-Antiga.pdf>> Acesso em: 24 de novembro de 2019.

Alguns séculos mais tarde houve as migrações dos povos da tradição *bantu*, estes se organizavam em clãs multiétnicos, não necessariamente baseados em ancestralidade e que aceitava novos membros sem muitos problemas, logo grupos migratórios de diversas origens se integravam em clãs mais antigos por segurança ou identificação. Isso fez com que esses clãs crescessem bastante, e eventualmente se organizassem em Estados ali na região dos lagos (onde se localiza Ruanda), os primeiros contatos entre os *batwa* e os

bantu foi feita por meio de trocas, quando os clãs se estabeleceram ali, derrubando florestas para plantações, os caçadores contataram eles para oferecer carne em troca de ferro e sal.

Dessa forma se percebe as seguintes prerrogativas, cai por terra que os primeiros habitantes daquela região foram os *tutsis*, que se estabeleceram em monarquias, subjugando os *hutus* por conta de sua atividade superior (pecuária), já que aponta a vinda anterior de agricultores, além de elucidar a multiétnicidade dos clãs e sua organização, que não daria vazão às justificativas racistas baseadas nisso².

Já no século XV quando finalmente vieram estabelecer um sistema de vassalagem para permuta de bens e segurança, em que passaram a pensar a organização do Estado é que passou-se a ter algumas problemáticas, pelo fato de passarem a se organizar em castas e classes sociais baseados na ocupação tida pelo indivíduo e que independia de sua etnia, já que essas as ocupações eram fluidas³.

IMPERIALISMO EUROPEU E OS BELGAS

² NIANE, Djibril Tamsir. **História Geral da África volume VI: África do século XII ao século XVI**. UNESCO, Brasília, 2010. p. 580. Disponível em: <https://www.netmundi.org/home/wp-content/uploads/2019/02/Hist%C3%B3ria-Geral-da-%C3%81frica-Volume-IV-%C3%81frica-do-Sec-XII-aoXVI.pdf>> Acesso em: 24 de novembro de 2019.

³ OGOT, Bethwell Allan. **História Geral da África volume V: África do século XVI ao século XVIII**. UNESCO, Brasília, 2010. p. 33. Disponível em: <https://www.netmundi.org/home/wp-content/uploads/2019/02/Hist%C3%B3ria-Geral-da-%C3%81frica-Volume-V-%C3%81frica-do-Sec-XVI-aoXVIII.pdf>> Acesso em: 24 de novembro de 2019.

Ao final do século XVIII Ruanda se firmava como Estado, o mais forte na região sul, com um exército amplo e uma composição social similar às relações feudais cristãs, com vínculos por trocas e proteção, com um sistema político monárquico e em meados do século XIX viveu-se um grande período de estabilidade política em Ruanda, mas que teve seu fim com os primeiros contatos com o expansionismo imperialista europeu.

O território ruandês foi cedido à Bélgica durante a conferência de Berlim (fevereiro de 1895), no qual decidiram pela partilha do continente africano, e distribuíram administrações de diversos países à europeus, com isso a Bélgica ainda obteve Burundi e o Congo. Em Ruanda, a administração belga decidiu criar rivalidades internas para que o novo governo tivesse maior influência, fizeram isso por meio da política de encorajar tensões e rivalidade étnicas, isso com a intenção de minar lideranças internas, e assim

arrecadava mais impostos sem o questionamento do povo, que estava ocupado estabelecendo uma estrutura de opressão étnica entre eles.

As principais atitudes tomadas para que isso ocorresse foram adotar um documento de identificação que dizia se você era *hutu*, *tutsi* ou *batwa*, para que fosse designado a uma realidade social correspondente a preceitos racistas com base na teoria das raças, o que na prática separava a sociedade e taxava *tutsis* como mais próximos aos colonizadoras usando da premissa de que eles eram uma elite anteriormente e por isso seriam dirigidos a cargos de poder, aos *hutus* e *batwas* ficaram cargos mais braçais, então internamente o próprio povo passou a alimentar essa rivalidade que era agravada com os privilégios dados a uns, como escola e cargos de poder, então aos poucos as etnias pararam de se entender.

Com o passar dos anos e uma Segunda Guerra Mundial (1945-1949), a administração belga não pode se manter tão presente em suas colônias, então o povo ruandês se organizou em grupos separados para lutar por sua independência, pois as taxas cobradas por impostos coloniais se tornaram abusivos para bancar os custos da guerra na Europa, então com esse enfraquecimento interno da administração os ânimos se acirraram entre as etnias para ver quem tomaria os cargos de liderança e instauraria o governo subsequente a saída, já acertada dos belgas.

Dessa forma a sociedade ruandesa passou por um severo processo de acirramento da animosidade étnica, tomando contornos violentos, pautado pelo preterimento colonial, os belgas proporcionaram o nascimento de um monstro do qual não tinham qualquer controle. Foram criados grupos com desejos políticos e sociais diferentes, em que os *hutus* almejavam uma república representativa que acabasse com os privilégios *tutsi*, ao contrário dos *tutsis*, que desejavam a transição para uma monarquia no qual teriam o controle e a manutenção dos seus privilégios adquiridos durante a administração belga.

INDEPENDÊNCIA RUANDESA E GENOCÍDIO

Em 1959 ocorreu, então, a Revolução ruandesa (a.k.a. “ventos das destruição”), em que centenas de *tutsis* e *hutus* foram mortos, presos ou fugiram do país, enquanto isso os belgas trocaram de lado passando a apoiar os *hutus*, que com isso passaram a agir de forma mais violenta, o que resultou no exílio de diversas pessoas da elite *tutsi* e possibilitou que as eleições ocorressem como pretendido pelos *hutus*, a independência do país foi reconhecida em 1962 após as eleições, na qual a maioria dos assentos foram ocupados pela elite *hutu*.

Nas décadas seguintes a violência entre etnias se perpetrou e a animosidade entre os povos cresceu, uma perseguição não oficializada se dava entre as etnias e diversas pessoas se exilavam conforme passava o tempo, a maioria era de *tutsis* foragidos e dentre eles estava um nome de peso, *Paul Kagame* que se exilou muito jovem em Uganda, e lá por volta de seus 20 anos se alistou no Exército de Resistência Nacional (contra o governo de Uganda, onde teve treinamento de guerrilha), obteve grande sucesso militar e decidiu então fundar a Frente Patriótica Ruandesa (FPR) em 1986, como processo para retornar a sua terra natal.

Até que em 1990 a FPR e *Kagame* passaram a ter um papel ativo político em que discordava do governo *hutu*, acusando-o de corrupção, perseguição étnica e afins, com isso se mostrou como liderança da oposição e invadiu o território ruandês sob o pretexto de que o atual governante *hutu*, *Juvénal Habyarimana*, reprimia sistematicamente os *tutsis*, e se negava a negociar com os refugiados alojados em Uganda, que desejavam

retornar para sua terra. Após três anos de conflito, em 1993, sem que a guerra civil tomasse contornos vitoriosos para nenhum dos lados e sob protesto civis pelo fim da guerra, as partes, a partir da liderança *hutu*, assinaram um cessar-fogo.

A paz durou até 6 de abril de 1994, quando o avião que levava os presidentes de Burundi e Ruanda, ambos *hutus*, foi abatido enquanto pousava em Kigali. Foram realizadas investigações para descobrir o culpado, mas nunca se chegou a uma conclusão. No entanto, o evento provocou o recrudescimento da violência entre as duas etnias. Hutus acusavam *tutsis* e vice-versa. Em meio ao conflito, *hutus* radicais tomaram o poder, instaurando um governo militar que teria como principal objetivo perseguir os “inimigos” de Ruanda. O novo regime perseguiu, prendeu e matou tanto *tutsis* quanto *hutus* moderados de forma indiscriminada. O governo conclamava no rádio para que a população se juntasse a eles, e assim deu-se um dos conflitos mais traumáticos da história de Ruanda foi iniciado. Era o início do genocídio. Vizinhos matavam vizinhos, principalmente com facões, machadinhas e outras armas brancas de fácil acesso. A violência sexual contra as mulheres foi generalizada, sendo utilizada largamente como modo de repressão e controle populacional. Os principais alvos do conflito, porém, eram homens. Estima-se que entre 800 mil e um milhão de pessoas foram mortas, majoritariamente homens, o equivalente a cerca de 70% da população masculina foi chacinada.

Com a retomada da guerra civil, a FPR voltou a ofensiva, derrotando o governo *hutu* e dando fim ao genocídio, que teve a data oficial 15 de julho de 1994. A ausência de intervenção internacional chamou a atenção mundial na época, mesmo sob pedidos de socorro e avisos acerca da violência generalizada. Mesmo assim não houve movimentação por parte da Organização das Nações Unidas (ONU). E embora seja sabido que a França tentou intervir, existem muitas teorias que conjecturam que o governo francês, na verdade, auxiliava os *hutus*, distribuindo entre eles armas e equipamentos em geral.

De imediato encontrou-se uma realidade na qual, mulheres traumatizadas, crianças órfãs, doentes e idosos eram os principais civis em Ruanda. Como o país estava há muito tempo em guerra, sua economia encontrava-se dilacerada, assim como o povo passava fome, haja vista que os principais agricultores estavam mortos ou haviam

fugido. Foi estabelecido então pela FPR um contexto de ditadura provisória, que durou cinco anos (1994-1995), quando se organizou a população, realocaram-se os sobreviventes e o país de uma forma mais ampla começou a ser reconstruído.

CONSEQUENCIAS IMADIATAS

Entre 1994 e 2000 a FPR (Frente Patriótica Ruandesa) estabeleceu um governo de unidade nacional que deu por encerrado o conflito. Isso aconteceu após um grupo de rebeldes tomou as principais cidades de Ruanda e anunciou o fim do genocídio. Foi um momento marcado por duas situações: a fuga de *hutus* para campos de concentração de refugiados, receosos diante do grau que as represálias tomariam; uma avaliação generalizada do que havia restado do país, e como exatamente eles reconstruiriam uma nação tão aquebrantada, composta por mulheres traumatizadas, crianças órfãs, idosos e doentes.

Em 1994 a população era composta por mais ou menos sete milhões de pessoas. Após três meses de conflito, 800 mil pessoas haviam sido mortas, a maioria homens, o que diminuiu a população e muito. Com isso, o FPR estabeleceu seu governo ditatorial provisório e passou a tomar decisões acerca do que fariam, mas primeiro precisavam de contingente populacional para compor absolutamente todas as bases da futura democracia. As mulheres, então, não porque houvesse, no país, progresso no campo da igualdade de gêneros, mas pela mais pura necessidade, passam por intensos treinamentos e em pouco tempo se tornam as protagonistas das políticas de inclusão e reconstrução do país.

Logo em seguida, foram tomadas medidas em relação as políticas que aboliam os termos de identificação étnica *tutsi* e *hutu*, que visavam evitar um novo conflito. São oficialmente abolidos rótulos como *tutsis* e *hutus*. O governo passa a promover também políticas de conciliação social e ações de repatriamento dos refugiados que ansiavam retornar a Ruanda.

Ao observar esse momento político, a percepção é a de que tudo parece caminhar para a melhoria da situação do país, mas, por muito tempo, o receio de um novo conflito pudesse ocorrer, devido a impunidade dos crimes que não haviam sido, era intenso, além

do fato de muitos criticarem o governo atual que pretendia construir uma “Nova Ruanda” era extremamente similar a governos anteriores, ditatoriais e opressivos, sem abertura para a voz política do povo, que mesmo passando por um empoderamento das mulheres, ainda era preterido em virtude dos que estavam de fato no poder.

GACACA E TRIBUNAL INTERNACIONAL PARA RUANDA

Então acontecem duas coisas: a criação das *gacaca* e as eleições para o processo de redemocratização se completar. No que diz respeito às eleições, uma figura muito importante passa a figurar como protagonista político no país, *Paul Kagame*. Foi ele quem comandava a FPR quando o poder foi tomado. Ele foi também o vice-presidente do país durante o governo de unidade nacional pós-genocídio. Em 2000, durante as eleições, *Kagame* se candidata a presidente e, de forma quase unânime (mais de 90% dos votos válidos), foi também esse processo eleitoral que um grande número de mulheres se candidata e foram eleitas. Em grande parte, são mulheres proeminentes, que tiveram papéis de combate durante o conflito, assim como participantes da elite e já conhecidas do povo.

As *gacacas* ou em tradução literal “justiça da grama” por sua vez, é o nome pelos quais ficaram conhecidos os tribunais populares. Baseados num modelo anterior a colonização, era utilizado como um tribunal de mediação, em que os casos julgados eram vistos pelos anciãos das aldeias, com intuito de chegar a soluções amigáveis e satisfatórias, esses tribunais contribuíram e muito para a manutenção da paz no país após o genocídio.

Eles julgavam muitos casos utilizando dos relatos daqueles que passaram por situações violentas impostas pelo genocídio, e esses tribunais tiveram um fator de importância a mais quando se revisita o acontecido, em que se observa quem são os algozes.

Conhecidos, vizinho, amigos que antes frequentavam a feira, eles produziam as comidas uns dos outros, frequentavam a mesma igreja, e apesar da animosidade étnica, eram ruandeses. Quem julgava eram populares, então eles entendiam o tipo de ressentimento

alimentado pelas vítimas, logo essas pessoas pensavam em proporcionar às vítimas um fechamento, e aos acusados, o que lhe era devido ante os atos cometidos.

Dessa forma, ao se proporem a realizar uma *gacaca*, se pouparam dos gastos de um tribunal normal, com o qual a população ainda não tinha condições de lidar ou arcar já que na época restaram poucas pessoas que teriam autoridade para tal, no entanto mais de 30% dos juizes eleitos para participarem foram mulheres que tinham em si a empatia necessária para realizar tal tarefa. Então reconstruir a experiencia de um meio de justiça ancestral baixava o grau de tensão e consequentemente de segregação social da população, tornando-a mais colaborativa.

As *gacacas* foram muito criticadas internacionalmente. A ONU (Organização das Nações Unidas) se recusava a reconhecer a legalidade desses tribunais, pois entendiam que elas não tinham o rigor investigativo necessário para a tarefa, além do receio de serem abusivos e não estenderem os direitos e garantias aos acusados, e temiam que fossem incorretamente julgados. A ONU também não reconhecia a autoridade dos que promoviam esses julgamentos por conta da falta de credenciais exigidas pelo rigor burocrático deles. De qualquer forma, as *gacacas* prosseguiram e quando foram encerradas, em 2012, 1,9 milhão de casos haviam sido julgados.

Houve também os julgamentos no Tribunal Penal Internacional para Ruanda (TPIR).⁴ O caso Akayesu,⁵ em que foi julgado com ineditismo se o estupro poderia ser considerado como arma de genocídio e crime contra a humanidade, essa questão é de

⁴ O TPIR é um órgão subsidiário do Conselho de Segurança da ONU, criado por meio de sua Resolução n. 955/1994. Ele somente pode julgar nacionais ruandeses. Sua competência temporal apenas recai sobre os crimes cometidos em 1994, ano de criação do Tribunal, e em que houve o genocídio em Ruanda, perpetrado por *hutus* contra *tutsis*. Já a competência *rationae loci* do TPIR recai sobre crimes cometidos não somente no território de Ruanda, mas também no território de Estados vizinhos. Quanto aos crimes que pode julgar, são genocídio, crimes de guerra e crimes contra a humanidade. (2014, p. 288 - Camila Soares Lippi)

⁵ Jean-Paul Akayesu foi *bourgmestre* de Taba *commune* de abril de 1993 até junho de 1994. Como *bourgmestre*, ele era responsável por exercer funções executivas e manter a ordem pública em Taba *commune*, sujeito à autoridade do prefeito. Ele tinha controle exclusivo da polícia da *commune*, bem como os gendarmes 5 postos à disposição da com a *gendarmerie* é a polícia militar das regiões rurais ruandesas. Trata-se do maior componente de forças militares em Ruanda. Os gendarmes são os policiais membros dessa corporação. Ele também era responsável por executar as leis e regulamentos e administrar a justiça, também sujeito somente à autoridade do prefeito. (2014, p. 295, 296 - Camila Soares Lippi)

extrema importância para os casos de genocídio por conta do fato de que, além do uso criminoso contra o indivíduo, foi levado em conta o fato de que, nesse caso o estupro vinha travestido como forma de punição atrelado a etnia de quem era vítima, ou seja, era utilizado para punir, humilhar e torturar quem quer que fosse pelo fator étnico, e não somente como ato carnal.

Foi considerado como crime contra a humanidade e arma no genocídio o estupro, largamente utilizado em mulheres *tutsis* e mulheres *hutus* moderada, que eram declaradamente contra os atos praticados. O prefeito, que foi condenado a prisão perpétua, acusado de supervisionar e encorajar tais atos. estupro foi reconhecido como arma utilizada em massas com o intuito de promover limpeza étnica, seja matando posteriormente ou ao praticar tal ato visando destruir mentalmente a vítima.

MULHERES E A AJUDAR NA RECONSTRUÇÃO DE RUANDA

Nessa mesma época, era necessário pensar na reconstrução do país de uma forma geral. Parte da infraestrutura do país estava destruída, profissões básicas precisavam de reposição com urgência, o país estava financeiramente quebrado e sem possibilidade de retomar atividades econômicas justamente pela falta de profissionais das áreas além de famílias cuja principal mantenedora passara a ser a mulher. A reestruturação da sociedade seria ainda mais desafiadora devido ao contexto em que Ruanda se fizera quanto país. Ruanda havia sido pautada no patriarcado, sendo a mulher educada para atividades manuais de casa. Agora, entretanto, por força do genocídio masculino, elas precisavam aprender a cultivar, construir, economizar e isso tudo para depois pensar sobre como iriam compor o campo político, deficitário em representação.

Oferecer condições para o trabalho das mulheres nas mais diferentes áreas se tornou uma política de Estado. Foram aprovadas leis que permitiam a mulher receber heranças. Elas também puderam obter propriedade, e passaram a ter acesso à educação. A isonomia entre homens e mulheres tornou o ambiente mais convidativo às mulheres. Aos poucos elas foram se aclimatizando com a nova situação de protagonismo na qual se encontravam.

As mulheres passaram a sustentar seus lares. Houve um surto de adoção. 95 mil crianças deixadas órfãs (UNICEF). Mulheres tiveram acesso à cursos profissionalizantes, e pela primeira vez tiveram opção em áreas até então majoritariamente masculinas. Mulheres se tornaram policiais, militares, médicas e agricultoras. Essas mulheres, aos poucos, perceberam a capacidade de ascensão que essa “nova Ruanda” proporcionava. O governo passou a indicar mulheres para ocuparem altos cargos na administração pública. Foi quando elas se tornaram também então ministras, deputadas e passaram a ocupar secretarias de Estado.

Isso abriu espaço para que elas se tornassem, de fato, agentes da própria vida política. No poder, elas começaram a criar leis que viabilizavam a mobilidade social das mulheres, além de promover a educação gratuita e de qualidade para todos, cotas de gênero no governo, leis que previnem violência de gênero, e claro, ainda se preocupavam em evitar outra guerra civil. Pensando nisso, participaram da criação de lei que aboliam a etnia como mandatório, o que permitiu que muitos refugiados passassem a sentir em segurança ao retornar ao seu país natal.

MULHERES NA POLÍTICA

Aos poucos, mulheres se tornaram cada vez mais presentes na política ruandesa, alcançando maioria no parlamento. Elas ocuparam mais de 50% dos assentos. Abriram centros de avaliação da família, para acompanhamento e prevenção, principalmente para tentar frear a violência doméstica, que ainda era um desafio imenso no país, que continuava patriarcal. De qualquer forma, as mulheres que ajudaram a reconstruir Ruanda deixaram um grande legado a opção para garotas: a de serem o que quiserem.

Outro legado das mulheres foi o do cuidado com a comunidade. Sob administrações femininas, foram criados centros de recuperação, preocupação com os órfãos, atendimento psicológico e médico às mulheres violentadas durante o conflito e que contraíram AIDS, tal como a preocupação com a igualdade de gênero e a proteção e educação à criança, medidas que contribuíam diretamente para a reestruturação do país. Em 1990, estimava-se que 70% das famílias estavam na linha da miséria. Mas em 2015,

esse dado era de 39,1%⁶, após os programas inclusivos, de auxílio-renda, incentivo a escola e de proteção à mulher.

Apesar dos avanços, o país ainda se encontra em processo de reconstrução, inclusive no campo da igualdade de gêneros. Muitas mulheres ainda encontram dificuldades e desconstruírem a sua autoimagem social, muito ancorada no patriarcado, essas mulheres anteriores as liberdades cedidas após o genocídio não se sentem pertencentes ao atual cenário sócio-político, e por muitas vezes tendem a procurar pela familiaridade, ou mais próximo disso.

Muitas ainda procuram refúgio do casamento, por ser uma instituição que garante a continuidade de um sistema que elas já conhecem e para o qual foram educadas para se adequarem. Outras ainda se encontram traumatizadas pelos violentos acontecimentos do genocídio, já que muitas delas são sobreviventes, algumas foram estupradas, algumas viram toda sua família ser torturada e morta, ou se esconderam e sobreviveram por pouco, encarceradas e esconderijos dependendo da boa vontade de terceiros, e da sorte de não serem pegadas. Isso se dá pelo fato de que, mesmo que a reconstrução imediata tenha durado pouco menos de 10 anos (entre o governo provisório de 1994 e as primeiras eleições de 2003), não proporcionou cuidados a todas as mulheres. As mais pobres continuaram à margem da sociedade.

As leis de igualdade de gênero que foram aprovadas eram voltadas a pessoas que tinham bens, que mais privilegiadas. A maior parte da população continuou vivendo na miséria ou na pobreza. Supor que o principal problema era a questão de posse de terras e dinheiro é problemático. Foram essas mulheres com maior alcance monetário as mais beneficiadas imediatamente pela abertura política. Foram essas mulheres que foram agraciadas com a possibilidade de formar a nova política, e conforme as possibilidades econômicas decresciam, menores eram os cargos alcançados. O recorte econômico, no fim, é primordial para avançar a sociedade como um todo, e elas o reconhecem ao proporcionar programas inclusivos, principalmente no meio rural.

Portanto, o empoderamento que ocorreu em Ruanda foi extremo e, ao mesmo tempo, limitado. E as conquistas dos anos 1990 e 2000 estão agora correndo perigo. É crescente a presença de homens repatriados ao cenário político. Esses homens foram

⁶ INDEX MUNDI. População abaixo da linha da pobreza. Fonte: <[CIA World Factbook](#)>. Disponível em: <<https://www.indexmundi.com/g/g.aspx?c=rw&v=69&l=pt>> Acesso em: 24 de novembro de 2019.

exilados e agora retornam ao país, inclusive aos que se envolveram com os crimes do passado.

Sabem que não serão julgados, pois já se passou da época de punição generalizada. Eles retornam e ameaçam interromper a crescente demanda de direitos e orçamentos para programas que beneficiam mulheres, reivindicando espaço político. Ainda é uma problemática pouco percebida, mas ainda assim é perceptível.

DEMOCRACIA RUANDESA

Por fim, há a questão da democracia ruandesa. O atual presidente *Paul Kagame*, reeleito desde 2003, ultrapassa os 20 anos no poder, e está em seu terceiro mandato, já que após um referendo em 2015 conseguiu aprovar a reeleição por mais de duas vezes, configurando o monopólio do poder, e dando a entender que apenas ele deve permanecer nesse cargo, sustentado por sua aura de herói.⁷

Durante a época de eleições, o cenário chega a se tornar inóspito pelo nível de animosidade incitada por parte de *Kagame*, que veta meios de comunicações, incita respostas violentas por parte da população, suprime outros partidos políticos a ponto de perseguir e prender ativistas e candidatos que o desagradem, oprime a liberdade de expressão e produz conteúdos enviesados contra seus adversários.⁸

⁷ SACOMAN, Ana Carolina. Ruanda, 25 anos depois: Após conflito que chocou o mundo pela crueldade, país se reconcilia com o passado. **ESTADÃO**, 06 de abril de 2019. Disponível em <<https://arte.estadao.com.br/internacional/ruanda/25-anos-depois/>> Acesso em: 25 de novembro de 2019.

⁸ HUMANS RIGHTS WATCH. World Report 2018: Rwanda. Julho de 2017, Disponível em <<https://www.hrw.org/world-report/2018/country-chapters/rwanda>>. Acesso em 25 de novembro de 2019.

Um caso muito famoso foi o da presidenciável *Victorie Ingabire*⁹, uma ativista pelos direitos dos *hutus* e que autodeclara pertencente a essa etnia, coisa que foi proibida por leis antissegregacionistas como atitudes tomadas para restaurar Ruanda após a guerra civil, e com isso decidiu confrontar *Kagame* ao se candidatar para presidência nas eleições de 2010, mas foi presa sob acusações de negar o genocídio e incitar divisão entre etnias.

Por conta de seu discurso, *Ingabire* foi sentenciada a 15 anos e impedida de concorrer às eleições, e por mais que tenha a opinião internacional protestado contra a medida, *Ingabire* prossegue impedida de sair do país.

Outro caos sintomático ocorreu nas últimas eleições presidenciais de 2017, em que *Diane Rwigara*¹⁰, empresária e filha de *Assinapol Rwigara*, um importante financiador da FPR (Frente Patriótica Ruandesa) na década de 1990, foi acusada de fraude e calúnia, condenada a 20 anos de prisão, teve seus bens leiloados e sua família perseguida sob pretexto de evasão fiscal, isso tudo porque ela acusou o governo de assassinar seu pai, que falecera em 2015 num suposto acidente de carro, e com isso se posicionou contra *Kagame*, para enfrentar seu monopólio e expor a situação.

O feminismo liberal, a ligação entre ONG's de proteção a mulher e o governo, e o patriarcado figurado pela arrogância masculina no meio político estimula a percepção dos crescentes problemáticos percebidos na sociedade ruandesa, mas é inegável o avanço social proporcionado pelo trabalho feminino, mesmo que deficitário, no meio político.

⁹ EGBUNIKE, Nwachukwu. Conheça as duas mulheres que tentaram ser oposição ao presidente ruandês Paul Kagame. Setembro de 2018, Disponível em <<https://pt.globalvoices.org/2018/09/25/conheca-asduas-mulheres-que-tentaram-ser-oposicao-ao-presidente-ruandes-paul-kagame/>>. Acesso em: 26 de novembro de 2019.

¹⁰ Ibidem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitos artigos que foram consultados para se tornarem referências tinham uma justificativa extremamente racializada como motivadora do conflito, que simplificava o cenário anterior a colonização, e argumentava que na verdade a colonização belga apenas asseverou algo que já era inevitável, como um catalisador, e pode-se perceber que de acordo com outros autores, essa forma de perceber a história ruandesa é mais utilizada por ser mais fácil justificar algo pouco complexo.

A sociedade ruandesa, assim como qualquer outra teve um início complexo, com uma formação de Estado que proporcionava interações das mais diversas, em que as

etnias não passavam de ancestralidade, e que os maiores conflitos eram referentes a classe social, e que por muitas vezes não tinha nada a ver com a etnias, mas sim com a atividade exercida.

A participação das mulheres também é complexa, elas não entram para a política e passam a sanar todos os problemas do mundo, de fato, elas ainda enfrentam diversas dificuldades para alcançar as camadas dessa sociedade que são mais sensíveis, o tipo de feminismo que é utilizado também é extremamente elitizado, falta um recorte que alcance essas mulheres que não estão inseridas num cenário propício.

Por exemplo, as mulheres terem direito à herança, isso foi claramente feito para beneficiar uma parcela da população, a não ser que se opte por apostar na inocência desses políticos que apostar que eles na verdade não compreendam bem sua realidade, mas não é a escolha feita para ser seguida por esse artigo, que tenta ver de todas as óticas possíveis como a mulher na política tem seus altos e baixos.

Há ainda muitos obstáculos a serem superados, a violência de gênero, HIV (Vírus da Imunodeficiência Humana) que foi uma epidemia por conta das ondas de estupro, os traumas de ter vivido um episódio tão violento, além dos ajustes para lidar com o genocídio. Ruanda tem leis que por muito pouco não restringem a liberdade de expressão, e praticamente anulam referências ao fatídico episódio, festivais e memoriais

são feitos, mas fora isso, politicamente é proibido qualquer menção aos fatores que motivaram o genocídio, aboliu-se a etnia, quase apagando a ancestralidade do povo.

E ainda tem o fator da democracia que permite mulheres em cargos de poder, mas elas nunca podem chegar ao topo dessa escada política, na verdade a ninguém parece ser permitido tal ascensão, e mesmo as mulheres que tentaram foram punidas, até onde vai a liberdade política dessas pessoas?

REFERÊNCIAS

BATISTA, Suenia Lagares. Ruanda: Os avanços na promoção da igualdade de gênero e a ascensão das mulheres na política no pós-genocídio. 2015- UnB;

BEIJING +20 RWANDA COUNTRY REPORT. Junho de 2014;

BOSIRE, Lydiah Kemunto. Grandes promessas, pequenas realizações: justiça transicional na África subsaariana;

DIOP. Boubocar Boris. A negação pelo silêncio... os africanos e o genocídio dos *tutsis*. Dezembro de 2015;

EGBUNIKE, Nwachukwu. Conheça as duas mulheres que tentaram ser oposição ao presidente ruandês *Paul Kagame*. Setembro de 2018, Disponível em <https://pt.globalvoices.org/2018/09/25/conheca-as-duas-mulheres-que-tentaram-ser-oposicao-ao-presidenteruandes-paul-kagame/>>. Acesso em: 26 de novembro de 2019;

FONSECA, Danilo Ferreira. As concepções etnocêntricas do genocídio de Ruanda: Negação do sujeito histórico ruandês. Ed. Sankofa 2011;

HUMANS RIGHTS WATCH. World Report 2018: Rwanda. Julho de 2017, Disponível em <https://www.hrw.org/world-report/2018/country-chapters/rwanda>>. Acesso em 25 de novembro de 2019;

INDEX MUNDI. População abaixo da linha da pobreza. Fonte: <[CIA World Factbook](#)>. Disponível em: <<https://www.indexmundi.com/g/g.aspx?c=rw&v=69&l=pt>> Acesso em: 24 de novembro de 2019;

LIPPI, C. S. Relações de gênero em Ruanda no período pós-genocídio, mudanças de fato? LADIH-UFRJ, publicado em junho de 2013, Rio de Janeiro;

LIPPI, C. S. O estupro enquanto genocídio no tribunal penal internacional para ruanda: um estudo do caso Akayesu / rape as genocide at the international criminal court for rwanda: a study of Akayesu case. **Espaço Jurídico Journal of Law [EJLL]**, v. 15, n. 2, p. 287-314, 12 jun. 2014;

MOKHTAR, Gamal. **História Geral da África volume I: África antiga**. UNESCO, Brasília, 2010. p. 632. Disponível em: <<https://www.netmundi.org/home/wp-content/uploads/2019/02/Hist%C3%B3ria-Geral-da-%C3%81frica-Volume-II-%C3%81frica-Antiga.pdf>> Acesso em: 24 de novembro de 2019;

NIANE, Djibril Tamsir. **História Geral da África volume VI: África do século XII ao século XVI**. UNESCO, Brasília, 2010. p. 580. Disponível em: <<https://www.netmundi.org/home/wpcontent/uploads/2019/02/Hist%C3%B3ria-Geral-da-%C3%81frica-Volume-IV-%C3%81fricado-Sec-XII-ao-XVI.pdf>> Acesso em: 24 de novembro de 2019;

OGOT, Bethwell Allan. **História Geral da África volume V: África do século XVI ao século XVIII**. UNESCO, Brasília, 2010. p. 33. Disponível em: <<https://www.netmundi.org/home/wpcontent/uploads/2019/02/Hist%C3%B3ria-Geral-da-%C3%81frica-Volume-V-%C3%81fricado-Sec-XVI-ao-XVIII.pdf>> Acesso em: 24 de novembro de 2019;

RWANDA GIRL ON POST-2015 DEVELOPMENT, IPAR conferences, novembro de 2013;

SACOMAN, Ana Carolina. Ruanda, 25 anos depois: Após conflito que chocou o mundo pela crueldade, país se reconcilia com o passado. **ESTADÃO**, 06 de abril de 2019. Disponível em <<https://arte.estadao.com.br/internacional/ruanda/25-anos-depois/>> Acesso em: 25 de novembro de 2019;

UZUVA, Justine N. Hidden inequalities: Ruanda Female Politicians' Experiences of balancing family and political responsibilities. Newcastle University, abril de 2014.